

Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)

PAULO CÉSAR POSSAMAI*

Resumo: Este trabalho tem por propósito reconstituir a vida cotidiana dos mercadores na Colônia do Sacramento: seus problemas com a repressão ao comércio ilícito, praticada pelas autoridades espanholas, a concorrência dos contrabandistas britânicos e seu papel na defesa do povoado durante o sítio de 1735-1737.

Abstract: This paper aims to reconstruct the daily routine of the merchants in Colônia do Sacramento: the problems they faced with the Spanish officials' who attempted to inhibit illegal trade, the competition against the British smugglers and their role in the defense of the settlement during the siege of 1735-1737.

Palavras-chave: Vida cotidiana. Comércio ilícito. Guerra.

Key words: Daily routine. Illegal trade. War.

Capistrano de Abreu escreveu que a Colônia do Sacramento foi um "ninho, antes de contrabandistas que de soldados".¹ Embora haja um certo exagero nessa afirmação, baseada principalmente na notícia de um anônimo sobre a situação de Sacramento durante o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689), pode-se afirmar que o contrabando, como meio de obter uma parcela da produção da prata extraída em Potosí, foi uma das principais razões da fundação de Colônia. Talvez a principal delas, pois a mesma foi criada numa época em que Portugal encontrava-se em sérias dificuldades econômicas, em decorrência dos gastos da guerra da restauração da sua independência.²

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil.
E-mail: paulocpossamai@hotmail.com

¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 173.

² Consultar: RODRÍGUEZ, Mario. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 38, n. 2, 1958, p. 179-208.

As vias do contrabando

Embora as leis espanholas punissem severamente o contrabando, a repressão efetiva ao comércio ilícito estava muito ligada à atitude adotada pelos governadores de Buenos Aires, muitos dos quais eram coniventes com os contrabandistas.³ Segundo o governador Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), a razão do empenho de algumas autoridades espanholas em reprimir o contrabando não se ligava ao cumprimento das suas obrigações, mas antes atendia aos seus interesses particulares, pois obtinham parte dos lucros das mercadorias trazidas nos navios de registro, transação esta que ficava comprometida com a concorrência portuguesa. Daí o rigor com que freqüentemente combatiam o comércio ilícito.

Quando a repressão aumentava, buscavam-se caminhos alternativos para o prosseguimento do contrabando, afinal, segundo a afirmação de Veiga Cabral, “para os castelhanos nos poderem impedir o comércio não basta que lhes convenha e o desejem impedir, é necessário que o possam fazer”.⁴ As ilhas próximas a Buenos Aires, especialmente a ilha de Martim Garcia, eram locais muito freqüentados pelos contrabandistas, que encobriam o comércio ilícito com a desculpa de que visitavam-nas em busca de lenha, difícil de ser encontrada na campanha bonaerense.

Como testemunhou Francisco Millau, os inúmeros pequenos canais formados pelo delta do rio Paraná constituíam um esconderijo seguro para os contrabandistas espanhóis que seguiam para Colônia em busca de mercadorias. Com vento sudeste a este lhes era fácil o retorno, em menos de uma noite, ao delta do Paraná onde, por precaução, voltavam a se esconder nos canais do rio, e dali faziam o desembarque das mercadorias contrabandeadas na margem direita do Rio da Prata. Durante a noite, o contrabando era passado, aos poucos, de fazenda em fazenda até chegar a Buenos Aires, cuidadoso processo que, muitas vezes, não deixou de contar com a ajuda das autoridades encarregadas de impedi-lo.⁵

Mesmo a guarda de São João, criada pelos espanhóis nas proximidades de Colônia para vigiar e bloquear o avanço dos portugueses, não resistia à tentação do contrabando. A redução de Santo

³ Sobre o envolvimento de vários governadores no comércio ilícito, consultar: TORRE REVELO, José. Los Gobernadores de Buenos Aires (1617-1777). In: LEVENE, Ricardo (dir.). *Historia de la Nación Argentina*. 2. ed. Buenos Aires, 1939, v. 3, p. 327-370.

⁴ CABRAL, Sebastião da Veiga. Descrição geográfica e coleção histórica do continente da nova colônia da cidade do Sacramento. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideú, v. 24, 1965, p. 64.

⁵ MILLAU, Francisco. *Descripción de la Provincia del Río de la Plata [1772]*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1947, p. 115-117.

Domingo Soriano, situada na confluência dos rios Negro e Uruguai, também se tornou um ativo centro do comércio ilícito, onde se trocavam couro e sebo por tecidos, ouro, aguardente, tabaco e escravos. Os numerosos rios e arroios das suas proximidades serviam de refúgio e centro de abastecimento para os contrabandistas espanhóis e portugueses.⁶

Até mesmo a guarnição de Buenos Aires funcionava como agente incentivador do contrabando, pois, através da real cédula de 16 de maio de 1722, o rei avisou o governador Zabala que chegara ao seu conhecimento que as moedas enviadas de Potosí para o pagamento dos soldados da guarnição de Buenos Aires faziam-se invisíveis naquela cidade pois, devido ao contrabando, todas seguiam para Colônia.⁷ Mantida para a defesa da cidade e combate ao comércio ilícito, a guarnição indiretamente acabava contribuindo para o aumento do contrabando na medida em que, através da remessa de seus soldos, vindos de Potosí, burlava legalmente a limitação do envio de moeda para as províncias platinas.

A real cédula de 26 de maio de 1721 fez referência ao contrabando dizendo que, todos os anos, de quatro a seis embarcações seguiam do Brasil para Colônia e que, ao chegar ao Prata, eram descarregadas a quarenta ou cinquenta léguas de Buenos Aires, sem que fosse possível impedir tal comércio. Embora não fosse novidade nas reais cédulas a ordem de empenho na repressão ao contrabando, reconhecia-se que a origem do mesmo estava na aplicação do sistema monopolista de comércio espanhol, que dificultava o abastecimento das colônias. Por isso, Felipe V ordenou que as províncias platinas fossem convenientemente supridas, a fim de que a carência de mercadorias não mais servisse de desculpa para o contrabando.⁸ Apesar da vontade expressa da metrópole em garantir o abastecimento de Buenos Aires, as comunicações diretas entre a Espanha e o Prata continuaram precárias, pois, em 1723, o governador Zabala queixava-se ao rei que a falta de tecidos ainda obrigava os moradores a irem comprá-los em Colônia.⁹

⁶ ASSUNÇÃO, Fernando O. *El Gaucho. Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideu, v. 24, 1963, p. 108-109.

⁷ Real cédula de 11 de maio de 1722. In: *Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749), p. 476.

⁸ Real cédula de 26 de maio de 1721. In: *Campaña del Brasil*, op. cit., p. 473.

⁹ Real cédula de 10 de maio de 1723. In: *Campaña del Brasil*, op. cit., p. 485.

A prática do comércio numa praça de guerra

Numa tentativa de reconstituir as preocupações cotidianas dos comerciantes estabelecidos em Sacramento, buscamos auxílio no estudo da numerosa correspondência comercial organizada por Luís Lisanti,¹⁰ uma vez que a grande maioria da documentação que pesquisamos é de origem administrativa, sendo que a portuguesa tende a generalizar os resultados do contrabando enquanto que a espanhola aborda principalmente os meios utilizados na sua repressão. Embora este estudo não abranja toda a rede de comerciantes estabelecida na Colônia do Sacramento, restringindo-se a um grupo deles, do qual dispomos de fontes, cremos que a sua análise servirá para dar-nos uma idéia sobre a atuação dos comerciantes em Sacramento, já que o grupo estudado provavelmente constituía-se na principal casa comercial estabelecida em Colônia, a julgar pelo grande volume de seus negócios lá realizados.

Em 06 de junho de 1725, o comerciante português José Meira da Rocha propôs ao comerciante de grosso trato lisboeta Francisco Pinheiro associar-se ao seu agente comercial no Rio de Janeiro, Luís Álvares Preto, no lugar de João Francisco Muzzi, que se encontrava afastado dos negócios.¹¹ Caso esta associação não fosse aceita, Meira da Rocha se propunha a servir Pinheiro como seu agente comercial em Colônia, onde garantia a realização de negócios altamente lucrativos, com lucros de 85 a 90% sobre o valor líquido das mercadorias vendidas.¹²

Outra vantagem no comércio realizado no Prata era a venda à vista, pois Meira da Rocha garantia que lá “não se experimentam os eternos fiados e arrecadações do Brasil”,¹³ que tanto assustavam os comerciantes coloniais. De fato, o caráter ilícito do comércio realizado entre portugueses e espanhóis em Sacramento e nos seus arredores tornava a venda à vista um meio de segurança impres-

¹⁰ LISANTI, Luís, (org.). *Negócios coloniais: uma correspondência do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda, São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5 v.

¹¹ Em Colônia, os mais destacados comerciantes viviam das comissões que tiravam da venda das mercadorias fornecidas por grandes homens de negócio estabelecidos em Lisboa. Respondendo ao protesto que os mercadores fizeram à Coroa contra a concorrência inglesa no contrabando com os espanhóis, Vasconcelos informou ao rei, num tom que denota o profundo preconceito com que os fidalgos tratavam as pessoas ligadas ao comércio, que “estes homens são uns comissários que vivem da comissão que tiram da fazenda vendida”. Cf. carta de Vasconcelos ao rei, 22 de maio de 1726. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 169.

¹² Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Rio de Janeiro, 06/06/1725, in: LISANTI, Luís, op. cit., v. 3, p. 13-15.

¹³ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Colônia, 10/05/1732. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 343.

cindível para os comerciantes sediados numa região de fronteira, onde as medidas de repressão ao contrabando eram uma constante.

Mas, se as vendas em Sacramento faziam-se geralmente à vista aos espanhóis, o mesmo não se pode dizer com relação aos portugueses. Às vezes, alguns indivíduos usavam de sua autoridade para impor suas condições aos comerciantes. Em maio de 1726, Meira da Rocha pediu a Pinheiro que encaminhasse uma carta ao rei na qual, entre outras coisas, denunciava o capitão de infantaria Manoel de Macedo Pereira e seu irmão, João de Macedo. Segundo Meira da Rocha, “quanto que algum mercador lhes não fia fazenda ou empresta dinheiro, [os irmãos Macedo] botam-lhe cães de fila, e lhe atiram seixadas ou pedradas de maneira que os obrigam a fugir para Buenos Aires, e mim me quiseram lançar fogo às casas por lhes não fiar fazenda”.¹⁴

Continuava dizendo que João de Macedo fora recambiado para o Rio de Janeiro pelo governador Manuel Gomes Barbosa (1716-1722) como amotinador, mas que depois conseguira retornar a Sacramento, onde continuava a inquietar os comerciantes. Para se livrar das perseguições dos irmãos Macedo, um mercador fora forçado a fugir para Buenos Aires, de onde passou para a Inglaterra e de lá para Lisboa a fim de queixar-se ao rei. Por ordem do Conselho Ultramarino, o governador repreendeu os dois irmãos, mas parece que de nada adiantou essa medida, pois, segundo Meira da Rocha, eles continuaram a aterrorizar as pessoas com seus três cães de fila, forçando inclusive a deserção de alguns soldados para Buenos Aires. Concluía dizendo que não podia provar a denúncia porque ninguém se atrevia a acusar publicamente os irmãos Macedo.

O governador defendeu os Macedo, afirmando ao rei que se eles tivessem cometido a metade dos crimes de que eram acusados, não teria deixado de castigá-los severamente. Para Antônio Pedro de Vasconcelos, o principal defeito dos irmãos consistia em não terem “a prudência de reprimirem as línguas na ocasião da ira”. Por culpa desse seu destempero é que teriam entrado em conflito com José Meira da Rocha, o qual, segundo o governador, tinha “mais fogo do que costumam ter os homens de negócio”. Afirmava ainda que, para contentar Meira da Rocha, mandara prender o capitão Macedo, mas concluía dizendo que as “imprudências de uns e outros [era] caso que se devia desprezar”.¹⁵

¹⁴ Carta de Meira da Rocha ao rei. Colônia, 29/05/1726. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 287.

¹⁵ Carta de Vasconcelos ao rei. Colônia, 06/05/1726. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 159.

A interferência das autoridades ou mesmo de certos indivíduos que usavam de sua autoridade militar como meio de amedrontar os comerciantes era um fator de instabilidade no comércio realizado na Colônia do Sacramento que, por ser antes de tudo um presídio militar, impunha a convivência entre militares e comerciantes. Essa convivência forçada provavelmente gerou muitos outros atritos como o relatado por Rocha, uma vez que Colônia não possuía uma Câmara, onde os comerciantes pudessem se fazer representar, sendo todo o governo da povoação dominado pelos militares que, como vimos, não deixavam de utilizar meios violentos para conseguir seus intentos.

Porém, nem sempre a atitude do governador era desfavorável aos comerciantes estabelecidos em Colônia. Quando o rei ordenou-lhe que remetesse todos os estrangeiros, especialmente um genovês, para a Bahia ou Rio de Janeiro para que dali fossem remetidos nas frotas para o Reino, Vasconcelos não deixou de cumprir a ordem régia, mas procurou defender a volta de D. Agostinho a Sacramento. O governador informou à Coroa "que este genovês tem concorrido muito mais que nenhum outro vasalo natural para o aumento da povoação" através de empréstimos concedidos aos moradores. Além disso, D. Agostinho comprava tecidos aos mercadores portugueses e revendia-os em côvados, dando assim saída às avarias e aos tecidos que não encontravam compradores entre os espanhóis. Outra circunstância a favor de D. Agostinho era o fato de estar estabelecido há anos em Colônia, onde casara com uma portuguesa, com quem tivera filhos.¹⁶ Em 1730, Vasconcelos avisou Lisboa que D. Agostinho voltara a Sacramento, já naturalizado e de posse de um passaporte assinado pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça. Ainda na mesma carta, informava ter dado permissão para que um espanhol vindo do Chile abrisse um estabelecimento comercial em Colônia, embora submetesse sua decisão à aprovação da Coroa.¹⁷

¹⁶ Carta de Vasconcelos ao rei, 09/06/1727. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 181.

¹⁷ Carta de Vasconcelos ao rei, 27/04/1730. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 218.

“Nos não de meter a prata por se cobrirem com a nossa roupa”

Nosso estudo também busca conhecer os principais artigos comercializados pelos contrabandistas. Sabemos que os tecidos tinham uma importante função no comércio com os colonos espanhóis, pois, à falta de prata eram trocados por couros, constituindo-se em verdadeira moeda na região platina, onde o seu valor como mercadoria legal alcançava preços proibitivos devido às taxas elevadas e aos gastos de transporte que a longa distância da rota oficial de comércio espanhol impunha aos produtos chegados a Buenos Aires.

Nas diversas cartas estudadas, nota-se que, com freqüência, as mercadorias eram enviadas de Lisboa ao Rio de Janeiro, e, quando não tinham boa saída nessa cidade, eram recambiadas para Colônia. Algumas vezes as fazendas remetidas do Rio para Colônia eram de péssima qualidade, razão da sua pouca saída na cidade.¹⁸ Mesmo com o mercado saturado pela concorrência, quando era difícil a venda das fazendas, continuavam a mandá-las para Colônia, “porque ainda que lá tivessem alguma demora na saída, sempre lhe havia de ter melhor conta do que se venderem aqui [no Rio] fiadas”.¹⁹

Embora os tecidos fossem, de longe, o principal produto vendido na Colônia do Sacramento, outras mercadorias também forneciam elevadas taxas de lucro aos comerciantes. A principal dessas mercadorias secundárias era o tabaco que, em sua maior parte, vinha da Bahia. Por volta de 1725, o seu consumo em Colônia, era de uns quarenta a cinquenta rolos por ano, vendidos à vara por preços de 240 a 320 réis. Os principais compradores eram os soldados da guarnição, mas o tabaco também era vendido aos espanhóis, colonos e, principalmente, aos índios, que o trocavam por gado e couros.²⁰ No mesmo ano, Rocha informava Pinheiro de que todas as embarcações que seguiam do Rio e da Bahia para Colônia levavam grande quantidade dessa mercadoria. Avisava ainda que era “negócio dificultoso dar perda, somente havendo guerra”.²¹

¹⁸ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Colônia, 20/09/1733, in: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 360-361.

¹⁹ Carta de Antônio de Araújo Pereira e João R. da Silva a Francisco Pinheiro. Rio de Janeiro, 30/06/1726, in: LISANTI, Luís, op. cit., v. 3, p. 59.

²⁰ NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 319.

²¹ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Colônia, 12/10/1725. In: LISANTI, Luís (org.), op. cit., v. 4, p. 270.

A prata e os couros eram os principais meios com que os espanhóis pagavam as suas compras em Sacramento. Mas, se a prata era acessível somente aos comerciantes que tinham contato com o Alto Peru ou aos soldados e funcionários que recebiam seus salários em moeda, os couros constituíam a principal riqueza da região platina, disponível não somente aos caçadores de gado autorizados pelo *cabildo* de Buenos Aires como também aos caçadores ilegais.

Em relação à quantidade, em carta de 03 de agosto de 1725, Pinheiro pedia aos seus agentes em Sacramento que procurassem comprar, ao menos, dez mil couros,²² enquanto que, em 5 de setembro do mesmo ano, aumentava a quantia solicitada de dez para doze mil.²³ Em 12 de outubro do mesmo ano, Rocha informava Pinheiro de que, até então, somente tinha conseguido comprar dois mil couros ao preço de 750 réis a unidade, já que era freqüente a chegada ao porto de navios vindos do Rio de Janeiro e da Bahia em busca dessa mercadoria.²⁴

A situação parece ter mudado em janeiro de 1726, quando Andrade informou Pinheiro que chegaram ao Rio de Janeiro três navios carregados com couros. Avisava ainda da abundância deles em Sacramento, onde Rocha tinha comprado três mil na espera de mais navios e que temia pela sua perda em razão da demora da chegada do transporte.²⁵ Essa demora ocasionou outras preocupações a Rocha, como a impossibilidade de remeter os 16.000 couros estocados num mesmo navio, por exceder sua capacidade de carga, fato que somente possibilitou o envio de 13.500 unidades,²⁶ constituindo-se em outra fonte de tensão que afligia os comerciantes de Colônia.

Numa petição, dirigida ao rei de Portugal em 29 de maio de 1726, Rocha informava Sua Majestade que, da Colônia do Sacramento, a nau Madre de Deus e São José partira com 11.900 couros; a nau Santa Catarina e Almas, com 11.300; a nau Alagoas,

²² Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Colônia, 12/10/1725. In: LISANTI, Luís (org.), op. cit., v. 4, p. 270.

²³ Carta de Francisco Pinheiro, Beroardi e Médici a Meira da Rocha, Damiano N. Brito e Pedro F. de Andrade. Lisboa, 05/09/1725. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 5, p. 448.

²⁴ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 12/10/1725. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 269.

²⁵ Carta de Pedro F. de Andrade a Francisco Pinheiro. Rio de Janeiro, 04/01/1726. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 3, p. 40.

²⁶ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 25/05/1726. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 273.

com 16.000 e navio Rosário, 13.400.²⁷ Números eloqüentes que mostram a importância do comércio do couro em Sacramento. De fato, o governador Vasconcelos afirmava que a intensa comercialização dos couros tornara a Colônia do Sacramento a terra “mais considerável depois dos três primeiros portos do Brasil”.²⁸ O ano de 1726 foi muito bom para o comércio com os espanhóis. O governador Vasconcelos informava a Coroa que, naquele ano, os portugueses compraram 118.000 couros aos espanhóis, os quais forneceram carga a vinte e um navios, “comércio que não só dá muito consumo às fazendas, conveniência a quem os ajusta, mas também deixa considerável porção de dinheiro aos lavradores da condução dos seus carros”.²⁹

Contudo, apesar da lucratividade do comércio do couro, a prata ainda era a principal mercadoria que se buscava no comércio com Buenos Aires. Provavelmente datada de 1704, a informação do sargento-mor Francisco Ribeiro sobre a Colônia do Sacramento aponta o principal interesse dos comerciantes portugueses no Rio da Prata: “A gente destas Índias, sendo riquíssima de prata, é pobríssima de roupas; tendo a estrada aberta, o remédio à porta e a necessidade urgente, naturalmente, vendo-se sem estorvo e livres de receio, nos hão de meter a prata por se cobrirem com a nossa roupa”.³⁰

De fato, em 1722, o Conselho Ultramarino alertou D. João V da conveniência da conservação da Colônia do Sacramento dizendo que na última frota do Rio de Janeiro chegaram a Lisboa “mais de trezentos mil cruzados com couros e cinqüenta mil patacas, fora o que ficou assim do primeiro gênero como o de prata no mesmo Rio e se difundiu pelas mais terras do Brasil”.³¹ No ano seguinte, o mesmo órgão voltou a defender a manutenção de Colônia alegando que ela era “a única porta por onde nos entra alguma prata de que tanto necessita este Reino”.³² Mesmo durante o auge da produção de ouro em Minas Gerais, a prata espa-

²⁷ Carta de Meira da Rocha ao rei. Colônia, 29/05/1726. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 287.

²⁸ Carta de Vasconcelos ao rei. Colônia, 17/02/1734. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 276.

²⁹ Carta de Vasconcelos ao rei. Colônia, 13/05/1726. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 165.

³⁰ RIBEIRO, Francisco, in: ALMEIDA, Luís F. de, “Informação de Francisco Ribeiro Sobre a Colônia do Sacramento”. *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v. 22, p. 67.

³¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de abril de 1722. IHGB: Arq. 1.1.21, f. 80.

³² Consulta do Conselho Ultramarino de 4 de junho de 1723. IHGB: Arq. 1.1.21, f. 168v.

nhola ainda era buscada com ansiedade pelos portugueses, pois, se antes supria a escassez de numerário do Brasil, agora passara a servir de moeda miúda, para trocos, em vez do cobre, metal de difícil importação.³³

A concorrência britânica

O fato de Portugal freqüentemente contar com a aliança da Grã-Bretanha nas guerras européias tornava bastante embaraçosa a relação entre os representantes dessas duas nações no Prata, onde a concorrência de ambos pelo comércio com os espanhóis alimentava uma grande fonte de tensão. Embora os freqüentes relatos da utilização de Sacramento pelos britânicos como um entreposto para o comércio com os súditos espanhóis sugira a existência de um convívio pacífico entre portugueses e ingleses, surgiram diversos conflitos entre os comerciantes das duas nacionalidades. Se os ingleses eram bem-vindos no comércio indireto com as colônias portuguesas, agindo como os principais fornecedores de produtos manufaturados em Lisboa, o mesmo não pode ser dito quando passavam a comerciar diretamente, pois todo o lucro dos comerciantes de Sacramento estava em recambiar as mercadorias européias para os mercadores e consumidores espanhóis. Ora, quando os ingleses começaram a negociar diretamente com os espanhóis, eliminaram a intermediação dos portugueses, alijando-os totalmente do comércio, pois os preços das suas mercadorias não tinham como competir com os preços das que vinham diretamente da Inglaterra, constituindo-se tal concorrência um dos principais fatores de tensão entre os mercadores de Colônia e os contrabandistas ingleses.

A forte presença britânica no Rio da Prata começou quando, ao fim da Guerra da Sucessão Espanhola, a França teve que renunciar a vários privilégios comerciais que havia obtido por ocasião da ascensão de Felipe d'Anjou, neto de Luís XIV, ao trono espanhol. Entre eles figurava o contrato do *asiento de negros*, uma das principais concessões feitas à Inglaterra por Felipe V para ser reconhecido como legítimo soberano da Espanha nos tratados de Utrecht.³⁴ Esse contrato era muito cobiçado pelos comerciantes, especialmen-

³³ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II (1735-1753), p. 39-40.

³⁴ Sobre as regras do contrato de *asiento* e, particularmente, sobre a participação dos franceses no mesmo, consultar: SCELLE, Georges. *La Traite Nègrière aux Indes de Castille*. Paris: J. B. Sirey, 1902, 2 v.

te pelos estrangeiros, pois possibilitava o acesso aos mercados da América espanhola, que abasteciam não somente com escravos, mas também com grande quantidade de mercadorias.³⁵

Em 1715, o *Warwick*, primeiro navio do *asiento* inglês, chegou a Buenos Aires. Embora os agentes britânicos estivessem oficialmente engajados no comércio de escravos, seu principal propósito era conseguir a venda de produtos manufaturados aos colonos espanhóis, pois o comércio negreiro servia como um meio de dar a aparência de legalidade ao contrabando desenvolvido pelos ingleses.³⁶ Segundo Studer,³⁷ o tráfico de escravos não trazia grandes benefícios econômicos aos *asientistas*, que lucravam mais em contrabandear mercadorias,³⁸ seja em Buenos Aires, seja ao longo das rotas por onde eram conduzidos os escravos destinados ao Chile e ao Peru.

John Burnet, cirurgião do *Wiltshire*, relatou que o capitão e os oficiais do navio em que viajou desde a Guiné trouxeram consigo considerável número de mercadorias, as quais, uma vez chegados ao Prata, trataram de vender aos espanhóis a bordo da própria embarcação e, durante à noite, na costa próxima a Buenos Aires. Do mesmo modo procedeu a tripulação de um navio de guerra que trouxe à cidade os agentes do *asiento*. Concluía dizendo que era impossível calcular a quantidade das mercadorias vendidas e as quantias recebidas, sendo que os implicados no contrabando tinham mais medo de que representantes da companhia ficassem sabendo das suas operações, que dos oficiais espanhóis encarregados de combater o contrabando.

De fato, a perspectiva da obtenção de altos lucros com o contrabando logo despertou o interesse das autoridades espanholas em participar do mesmo. Vários navios entre 1716 e 1717 e, especialmente o *Kingston*, venderam suas cargas ilícitas mediante o pagamento de 25% dos lucros ao governador de Buenos Aires. Um contrato estabelecido entre o capitão Opie e o fiscal espanhol D. Francisco de Alcibar, permitiu ao capitão inglês efetuar um carregamento de mercadorias para Buenos Aires sob o pretexto de que

³⁵ PANTALEÃO, Olga. *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. São Paulo: s.ed., 1946, p. 20.

³⁶ NELSON, George H. *Contraband Trade under the Asiento, 1730-1739*. In: *The American Historical Review*. New York, v. 51, 1946, p. 57.

³⁷ STUDER, Elena F. S. *La Trata de Negros en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1984, p. 222-223.

³⁸ Disso se queixavam José Meira da Rocha e Damião Nunes de Brito, dizendo que os "navios ingleses, os quais com o pretexto de negros, vêm carregadíssimos de fazendas, e principalmente de lã". Cf. Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 30/06/1731. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 341.

se tratavam de provisões para a companhia.³⁹ O navio capitaneado por Opie, *The Carteret*, saiu da Inglaterra em direção a Buenos Aires carregando mais de cem mil libras esterlinas em mercadorias destinadas ao contrabando⁴⁰ e retornou levando dois milhões de pesos em moeda e sessenta mil pesos em couros.⁴¹

Em Sacramento, eram freqüentes as queixas de Meira da Rocha contra a concorrência inglesa e a falta de atitude do governador em tentar impedi-la. Em carta a Pinheiro, em 1730, Rocha informava da dificuldade da situação dos comerciantes em relação aos ingleses, pois, segundo ele, ao se verem favorecidos e amparados pelo governador Vasconcelos, deram notícia disto na Inglaterra, resultando na freqüência da vinda deles a Sacramento, de onde negociavam com os comerciantes de Buenos Aires, “sem licença nem lhe importar que a sua nação esteja em paz ou guerra com a espanhola”.⁴² Acrescentava ainda que: “os ditos ingleses são o açoite do comércio desta praça, assim que eles chegaram cessou logo o comércio desta de maneira que ficamos parados em todo sem vendermos mais coisa alguma”.⁴³

A concorrência inglesa era diretamente responsável pela situação do comércio na Colônia do Sacramento. O ano de 1732 foi muito bom para os negócios e a razão principal dessa boa fase foi a ausência da concorrência inglesa. Sempre receando a chegada dos ingleses, Rocha escrevia: “não fizemos mais que dar saída à pressa, sempre com o medo da sua chegada”.⁴⁴ De fato, com a chegada dos navios do asiento, em dezembro do mesmo ano, “se suspendeu o comércio desta praça, de qualidade que se acha ao presente tudo parado, sem aparecer castelhano algum a procurar gêneros”.⁴⁵

A forte presença britânica no Rio da Prata representou um grande foco de tensão entre as autoridades coloniais portuguesas e os mercadores de Colônia, pois se tratava da difícil tarefa de concii-

³⁹ BROWN, Vera Lee. *The South Sea Company and Contraband Trade*. In: *The American Historical Review*. New York, v. 31, 1926, p. 666-672.

⁴⁰ Carta de Patricio Laules ao marquês de Grimaldi. Madrid, 17/10/1724. *Archivo Regional de Colonia*, 21 T1, doc. 12, p. 85-86.

⁴¹ FUNES, Gregório. *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*. 3. ed. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia., 1911, tomo 2, p. 249.

⁴² Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 15/05/1730. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 315.

⁴³ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 15/05/1730. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 326.

⁴⁴ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 10/05/1732. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 342.

⁴⁵ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 31/01/1733. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 360.

liar interesses econômicos, que exigiam o fim da concorrência britânica, com interesses de ordem diplomática, já que Portugal dependia fortemente da aliança com a Inglaterra na Europa para poder fazer uma firme oposição à presença dos ingleses no Prata. Por isso, apesar das constantes queixas dos comerciantes lusobrasileiros, nunca se chegou a tomar nenhuma medida drástica contra os interesses britânicos, mesmo que isso representasse a paralisação do comércio português na região platina, como de fato aconteceu algumas vezes.

Contudo, se os ingleses recebiam o apoio do governador de Colônia, não deixaram de lhe prestar importantes favores, como impedir que os desertores portugueses utilizassem-se dos navios do *asiento* para retornar à Europa,⁴⁶ mas, sobretudo através do fornecimento de informações sobre os movimentos dos espanhóis.⁴⁷ Em 1722, o presidente do *asiento* inglês em Buenos Aires, John Thruppe, avisou Antônio Pedro de Vasconcelos de que o governador Zabala recebera ordens da Espanha para fortificar Montevidéu.⁴⁸ Provavelmente, Thruppe tenha servido às autoridades portuguesas em outras ocasiões, motivando o governador de Colônia a pedir ao rei que “lhe mande agradecer as finezas que obrara pelos portugueses, durante a sua assistência em Buenos Aires”.⁴⁹

O sítio de 1735-1737

A tensão permanente, alimentada pelos freqüentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha, chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas castelhanas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria dois longos anos até que a paz voltasse às margens do Rio da Prata, em setembro de 1737. O início das hostilidades no Prata foi a consequência de uma série de tensões que na Europa e na América opunham os interesses dos espanhóis ao dos portugueses, cujo pretexto para iniciá-lo foi um pequeno incidente diplomático ocorrido em Madri.

⁴⁶ Carta de Vasconcelos ao rei. Colônia, 09/02/1723. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 97.

⁴⁷ Nos primeiros tempos do estabelecimento dos portugueses em Colônia, quando os soldados e moradores padeciam com a falta de auxílio do governo do Rio de Janeiro, os ingleses do *asiento* de Buenos Aires não deixaram de socorrer o governador Gomes Barbosa. Cf. carta do governador Manuel Gomes Barbosa ao rei. Colônia, 06/01/1718. AHU, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 38.

⁴⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 08 de junho de 1723. IHGB, Arq. 1.1.21, f. 174v.

⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 05 de novembro de 1723. IHGB, Arq. 1.1.21, f. 248 v.

Num domingo de carnaval, dia 20 de fevereiro de 1735, os criados do embaixador português na corte espanhola, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, libertaram um homem que estava sendo conduzido preso pelos soldados pelas ruas de Madri, dando-lhe acolhida na casa do embaixador. Dois dias após, cem soldados invadiram o palácio do Senhor de Belmonte, prendendo todas as pessoas que lá encontraram. Embora Cabral protestasse contra a violência, de nada adiantou sua intervenção. A chegada da notícia desse incidente a Lisboa provocou a divisão dos conselheiros de D. João V entre os que propunham uma conciliação e os que exigiam uma represália imediata. O segundo grupo venceu e, a 13 de março, sessenta soldados e três oficiais ocuparam todas as entradas da casa do embaixador espanhol, Marquês de Capecelatro, prendendo doze criados seus que foram levados à cadeia do Limoeiro.⁵⁰

O incidente diplomático que quase originou um conflito bélico entre as Coroas ibéricas na Europa e foi responsável pela irrupção da guerra no Prata, foi na verdade o estopim da tensão nos relacionamentos luso-espanhóis que vinham estremecendo desde 1733. O casamento dos príncipes herdeiros de Portugal e Espanha com as infantas espanhola e portuguesa, ajustado em 1725 e realizado quatro anos após na fronteira luso-espanhola, fora pactuado num momento de irritação contra a corte francesa, que desfizera os ajustes para o casamento do delfim da França com a infanta de Espanha e não correspondia a um desejo sincero de maior aproximação com Portugal, de quem Felipe V guardava ressentimentos desde os episódios da Guerra da Sucessão Espanhola. Por outro lado, o príncipe das Astúrias era alvo constante das intrigas de Isabel Farnésio, sua madrastra. Enquanto Isabel era a principal interessada em impedir que Felipe V cumprisse sua intenção de abdicar, D. João V manifestava a esperança de que a ascensão de seu genro ao trono espanhol aumentaria sua influência na corte de Madri. Provavelmente a intimidade que o embaixador português mantinha com os príncipes e seu envolvimento entre os partidários da abdicação de Felipe V foram os fatores responsáveis pela antipatia que Isabel Farnésio e seu valido, o primeiro ministro D. José Patiño, lhe devotavam⁵¹.

Além das intrigas da corte, a situação internacional também contribuiu para o fim da harmonia que existiu entre 1725 e 1733 entre as duas Coroas ibéricas. Em 1733, D. José Patiño negociou

⁵⁰ CORTESÃO, Jaime, op. cit., p. 59-63.

⁵¹ CORTESÃO, Jaime, op. cit., p. 63-66.

uma aliança franco-espanhola que ia contra os interesses portugueses pois, por meio desse pacto, a França comprometia-se a ajudar a Espanha a conquistar os reinos de Nápoles e Sicília (que pertenciam à Áustria, aliada de Portugal) para o príncipe Carlos, filho de Felipe V e Isabel Farnésio.⁵²

A reviravolta da política de alianças elaborada pela diplomacia espanhola agradou sobremaneira os tradicionais inimigos dos habitantes de Colônia, os jesuítas e o *cabildo* de Buenos Aires que, em 15 de abril de 1733 escreveu ao rei queixando-se dos excessos cometidos pelos portugueses na exploração das manadas de gado selvagem que habitavam a Banda Oriental.⁵³ Patiño aproveitou o momento e, com a dupla finalidade de agradar os portenhos e hostilizar os portugueses, inteirou o novo governador do Rio da Prata, D. Miguel de Salcedo, das queixas do *cabildo* de Buenos Aires, ordenando-lhe que, durante seu governo, se informasse dos novos caminhos abertos para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que os portugueses possuíam fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento, solicitando a ajuda dos índios missioneiros se fosse necessário. Devia ainda impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar a navegação do Rio da Prata às rotas estritamente necessárias para a ligação de Colônia aos demais domínios portugueses.⁵⁴

Assim que assumiu o governo de Buenos Aires, em março de 1734, D. Miguel de Salcedo empenhou-se em cumprir as ordens recebidas. Na repressão ao contrabando, ordenou a substituição dos antigos fiscais reais, sendo que alguns deles foram presos e tiveram seus bens confiscados.⁵⁵ Ainda em março, escreveu ao governador Antônio Pedro de Vasconcelos, informando-lhe que recebera ordens expressas para demarcar os limites de Colônia. Por sua vez, Vasconcelos respondeu-lhe que se achava sem instruções ou poderes para tratar do assunto. Salcedo continuou a insistir no assunto em outras cartas, enquanto que Vasconcelos continuava a

⁵² Idem, p. 64.

⁵³ "Acuerdo del cabildo sobre lo resuelto por S. M. en 12 de octubre de 1733 acerca de los excesos de los portugueses de la Colonia en la explotación del ganado vacuno. Buenos Aires, 27 de marzo de 1734", in: *Campaña del Brasil*, op. cit., tomo I, p. 501.

⁵⁴ "Rigorosas instruções de D. José Patiño ao novo governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salzedo para estabelecer o bloqueio da Colônia do Sacramento". In: *Manuscritos da Coleção de Angelis. Tratado de Madrid - Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Introdução, notas e sumários por CORTESÃO, Jaime. Rio de Janeiro, 1954, p. 244-252.

⁵⁵ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Colônia, 25/03/1734. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 376-377.

alegar a sua falta de competência para determinar os limites do território da Colônia do Sacramento. Em vista da negativa de Vasconcelos, Salcedo decidiu acelerar os preparativos para a conquista da fortaleza portuguesa.⁵⁶ Além dos preparativos militares em Buenos Aires, o governador pediu a vinda de um contingente indígena das missões jesuíticas com a desculpa de que se destinava a pacificar o Paraguai, onde recentemente estourara uma revolta.⁵⁷

Em carta de 18 de abril de 1735, D. José Patiño comunicou ao governador Salcedo, que a recebeu em primeiro de setembro,⁵⁸ que Felipe V decidira o ataque imediato à Colônia do Sacramento, sem esperar a declaração de guerra a Portugal. O mesmo documento permitia a solicitação da ajuda dos índios das missões jesuíticas e regulamentava o saque das mercadorias apreendidas aos portugueses, pois afirmava que “cada casa de la Colonia del Sacramento es un almacén”. As mercadorias deveriam ser vendidas, com o lucro revertendo para as caixas reais, recomendando contudo que, com notícia de pilhagem, não se cometesse desordem alguma. Ordenava ainda que o governador tomasse desde logo as providências necessárias para dar início ao cerco de Colônia, mas com total precaução, a fim de pegar os portugueses de surpresa.⁵⁹

Enquanto isso, na Europa, os governos de Lisboa e Madri iniciavam os preparativos para a guerra. Em cumprimento aos tratados de aliança com Portugal, em junho, entrou no Tejo uma esquadra inglesa composta de trinta navios e mais de doze mil homens.⁶⁰ Ao mesmo tempo, a Coroa ordenou ao governador Vasconcelos que se prevenisse contra qualquer agressão espanhola, mas com toda a cautela, para evitar que os mesmos antecipassem o ataque. O aviso chegou a Colônia em 21 de junho de 1735, trazido pela galera Nossa Senhora de Penha de França, que havia deixado o porto de Lisboa em fins de março.⁶¹

Provavelmente Vasconcelos já sabia do que se preparava em Buenos Aires através das informações fornecidas pelos espanhóis

⁵⁶ SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento* [Facsímile da edição de 1748]. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 28-32.

⁵⁷ “Rellaçam do principio da Guerra da Collonia...” in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, III trim. de 1945, n. 99, p. 42.

⁵⁸ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, v. 1, p. 217.

⁵⁹ “El S.º D.º Joseph Patiño previene de orden de su Mag.ª para que se sorprenda la Colonia del Sacramento y desalojar de ella á los Portugueses. Aranjuez, 18 de abril de 1735”, in: *Campaña del Brasil*, op. cit. tomo I, p. 505.

⁶⁰ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II (1735-1753), p. 68-69.

⁶¹ “Rellaçam do principio da Guerra da Collonia...”, op. cit., p. 41.

que visitavam Colônia e pelos espões que mantinha naquela cidade. Embora o governador tivesse sido avisado pelo governo de Lisboa e pelos contrabandistas dos preparativos de guerra de D. Miguel de Salcedo, os espões que mantinha em Buenos Aires asseguraram-lhe que o mesmo tinha falta de gente e via-se desprevenido para um ataque. Para Vasconcelos, as ameaças tinham a finalidade de amedrontar os portugueses, a fim de que eles abandonassem as estâncias da margem esquerda do Rio da Prata, pois não acreditava no rompimento das hostilidades sem uma declaração formal de guerra na Europa.⁶²

Contudo, as ameaças transformaram-se em ações concretas quando os espanhóis começaram a restringir os movimentos dos portugueses na campanha. Em 30 de maio de 1735, o comerciante José Meira da Rocha escrevia que “está isto tão miserável que nem sequer lenha nos deixam os castelhanos tirar da campanha, tomando para seu poder todos os carros e escravos que a vão buscar, e mandando dizer ao depois aqui vergonhosíssimas graças e chascos”.⁶³

A tensão aumentou muito em 27 de junho, quando os espanhóis apresaram uma embarcação que vinha da Bahia em direção a Sacramento, fazendo o mesmo com outra que saía em direção a Salvador em 29 de julho. A atitude hostil dos espanhóis aumentou a certeza dos habitantes de Colônia de que os preparativos militares dirigiam-se contra eles e não contra o Paraguai, como se divulgava. Vasconcelos então tratou logo de pedir auxílio aos governadores do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e de Minas Gerais ao mesmo tempo em que iniciou os preparativos para a defesa da praça.⁶⁴ Em setembro, foram apresados um navio que vinha da Bahia e uma corveta que ia para o Rio, os quais foram conduzidos como presa de guerra para Buenos Aires.⁶⁵

Embora não houvesse ordenado a evacuação da campanha com antecedência, o que seria ceder às pressões espanholas de não sair do espaço coberto pela artilharia, assim que recebeu o aviso de Lisboa, Vasconcelos iniciou os preparativos para a defesa contra um possível ataque. Para garantir a segurança da população que vivia extra-muros, o governador enviou ao arraial de Veras cento e

⁶² “Sistema entre un Portuguez y un jenobes dentro de la colonia del Sacramento hablaron sobre el lamentable estado de ella...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38, T5, doc. 4, f. 36.

⁶³ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 30/05/1735. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 388.

⁶⁴ “Rellaçam do principio da Guerra da Collonia...” op. cit., p. 42.

⁶⁵ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., v. 1, p. 218.

vinte cavaleiros comandados pelos capitães Manuel Félix Correa e Inácio Pereira da Silva com o objetivo de defender a campanha e se opor a qualquer movimento dos espanhóis.⁶⁶ A presença da tropa foi bastante útil aos moradores da região, que aproveitaram a segurança da presença da cavalaria para retirar das quintas parte dos frutos e o gado doméstico como preparação para o sítio eminente.⁶⁷

Em 18 de outubro, as tropas espanholas avançaram até o rio de São José, a cinco léguas da praça, arrasando em seu caminho as estâncias portuguesas, onde prenderam os que não puderam fugir, apoderando-se de seus escravos. Vasconcelos ordenou então que os militares que vigiavam a campanha se recolhessem à povoação, onde continuava a restauração das muralhas.⁶⁸ A aproximação do inimigo aumentou a pressa da população rural em refugiar-se no recinto fortificado, levando consigo na fuga tudo o que podia ser transportado das quintas de extra-muros.⁶⁹

O ataque dos espanhóis mobilizou todos os segmentos da população de Colônia. Enquanto a maioria dos militares assumiu a defesa da muralha, os civis foram encarregados de defender a zona portuária e a praia. Para garantir a segurança dessa área, que era a menos exposta ao ataque do inimigo, o governador criou grupamentos compostos por civis e militares. O escrivão da Fazenda Real, Caetano do Couto Veloso, formou um destacamento com os seus dez escravos enquanto que os comerciantes formaram uma companhia sob as ordens de José Meira da Rocha. A reunião de civis e militares sob as ordens de elementos de prestígio na sociedade de Colônia não se fez sem problemas. Meira da Rocha não deixou de registrar que durante os cinco meses em que comandou um grupamento, composto por onze comerciantes e dez soldados, teve de ter grande paciência para aturar a falta de disciplina dos seus subordinados, que pediam para almoçar e voltavam à tardinha ou pediam para jantar e só voltavam no dia seguinte.

Caso se negasse a dar permissão para a suas saídas, iam queixar-se ao governador "que não me podiam aturar com impertinências e medos demasiados, que sempre queria ter ali a gente amarrada e a trabalhar nos parapeitos e que o melhor seria entregar a bateria a outrem e juntamente que ora queria estar sempre atirar ao inimigo, ora não queria, trocando as melhores ocasiões

⁶⁶ "Noticia Práctica...". In: *Revista Histórica*, Montevidéo, 1916, n. 22, tomo VII, p. 606.

⁶⁷ SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 73.

⁶⁸ SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit., p. 42-43.

⁶⁹ SÁ, Simão Pereira de, op. cit., p. 74.

para as piores e, para dizer tudo, me fizeram meio doido". O governador, por sua vez, tentava apaziguar os ânimos, recusando-se a castigar a falta de disciplina dos soldados, dizendo-lhe que "não estávamos em ocasião disso e que sofresse eu 21 homens que também ele sofria [com] toda a praça". As tenções entre os dois grupos manifestavam-se através do pouco caso com que os soldados tratavam a autoridade de Meira da Rocha, ausentando-se por longas horas dos seus postos e também através de queixas ao governador.

José Meira da Rocha estava consciente de que os atritos que tinha com seus subordinados eram conseqüência do seu empenho em cumprir bem sua missão, pois, comenta que no tempo em que comandava a bateria, mantinha o equipamento limpo e em ordem, com os canhões sempre carregados e apontados para o inimigo. A situação estava completamente diferente algum tempo depois, quando o capitão Antônio Carvalho e sua companhia ocupavam o posto que anteriormente estava sob a responsabilidade de Meira da Rocha, que o descreve então como "mui diverso, por estar a artilharia, uma descarregada e outra desapontada, e tudo sujo e miserável; que certamente paga Sua Majestade soldo a homens que lhe deviam pagar a água que bebem no seu reino".

Segundo o mesmo, assim que o governador viu o estado em que se encontrava a bateria, deixada a cargo dos reforços vindos do Rio de Janeiro, ordenou a Meira da Rocha e seus colegas comerciantes que assim que ouvissem o sino anunciar um ataque inimigo acorressem à mesma bateria para cuidar da artilharia. Porém, para Meira da Rocha, tal cuidado não seria de grande utilidade, já que "na bateria ninguém hoje poderá parar em caso de assalto, por estarem as pessoas nela a peito descoberto, porque como os parapeitos eram de surrões de couro cru, cheios de terra, e neles não houve cuidado, apodreceu o couro e a terra caiu ao mar".⁷⁰

Além da participação ativa, os comerciantes forneceram empréstimos que possibilitaram a Vasconcelos realizar o pagamento das tropas. Segundo Simão Pereira de Sá: "A guarnição aflita e cansada, sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia, e servia com repugnância". Situação que foi remediada pelo oferecimento ao governador por "Domingos Álvares Calheiros, José de Meira e outros mercadores, cabedal bastante com que se fez pagamento geral às tropas, contentando assim àqueles que pelas queixas se podiam fazer rebeldes aos superiores, traidores à pátria".⁷¹

⁷⁰ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro. Colônia, 26/04/1736. In: LISANTI, Luís, op. cit., v. 4, p. 395

⁷¹ SÁ, Simão Pereira de, op. cit., p. 75.

A chegada dos reforços liberou a população civil do serviço militar, porém, as dificuldades em viver no pequeno espaço físico abrangido pelas fortificações pioraram muito desde então. Por fim, as autoridades acabaram por optar pela evacuação das pessoas que não estavam diretamente envolvidas com a defesa da praça, como mulheres e crianças. Em 24 de setembro de 1736, no navio que comandava o bloqueio a Montevideú, o brigadeiro José da Silva Pais informou a Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro e coordenador do esforço de guerra, que escrevera ao governador de Colônia para que procedesse à evacuação das bocas inúteis.⁷²

Os primeiros civis que abandonaram a praça seguiram para o Rio de Janeiro. A partir de 1737, outros foram mandados para o Rio Grande, ano em que também os comerciantes abandonaram Sacramento, como podemos ler na carta em que, do Rio de Janeiro, Meira da Rocha escreveu a Francisco Pinheiro:

“Meu senhor, depois de me haver na Nova Colônia desenganoado claramente de que os portugueses naquela paragem já não haviam de aliviar a praça, nem fazer mais do que aturar as afrontas castelhanas resolvi-me, e mais os outros comissários dela, a largá-la em poder dos militares, que somente nela se acham, porque também as famílias paisanas de crianças, e mulhério a desampararam, embarcando uns para este Brasil, e outros para o porto de São Pedro ou Rio Grande, aonde de presente se acham os socorros que desta [praça do Rio de Janeiro] haviam ido como também da Bahia e Pernambuco para a mesma Colônia.”⁷³

A paz voltou ao Prata em primeiro de setembro de 1737, quando chegou a Sacramento uma nau de guerra com a notícia da assinatura do armistício, assinado em 16 de março do mesmo ano em Paris pelos representantes das Coroas portuguesa e espanhola. O armistício regulamentava que: soltar-se-iam todos os prisioneiros e cessariam todas hostilidades na América, onde tudo se manteria na mesma situação em que estivesse quando da chegada da notícia da paz, enquanto Espanha e Portugal nomeariam embaixadores para a elaboração de um tratado definitivo. O item que garantia a manutenção do *status quo* permitiu aos espanhóis manter o

⁷² Carta do brigadeiro José da Silva Pais ao governador Gomes Freire de Andrada. Nau Nossa Senhora da Vitória (defronte a Montevideú), 24/09/1736. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IV trimestre de 1946, n. 104, p. 388.

⁷³ Carta de Meira da Rocha a Francisco Pinheiro. Rio de Janeiro, 15/07/1737, in: LISANTI, Luís, op. cit., v. 3, p. 617-618.

bloqueio de Colônia, situação que levou Rego Monteiro a comentar que os portugueses ficaram “tão restritos que mais vitoriosos ficariam os espanhóis apesar de não terem tomado a praça”.⁷⁴

Se, através da manutenção do campo de bloqueio, os espanhóis conseguiram conter a expansão portuguesa no atual território uruguaio, impedindo a retomada da antiga prosperidade nas atividades agropecuárias, não conseguiram acabar com o contrabando em definitivo. Um jesuíta de passagem por Colônia em 1749, último ano do governo de Vasconcelos, assim descrevia o bloqueio que os espanhóis impunham ao povoado:

“A mí me parece que los Portugueses viven tan estrechados y son mantenidos por los Españoles tan entre barreras como actualmente los judíos en nuestros países. Yo mismo he visto los centinelas en derredor de la ciudad; me pareció como si la ciudad estuviere bloqueada de continuo. No es posible que desde el lado de la tierra pueda colarse alguna cosa si – bien entendido – los centinelas no son pillos e intermediarios. Yo no sé si tal cosa ocurre pero es probable sea así.”⁷⁵

A retomada do contrabando fora facilitada pela ascensão de Fernando VI, genro de D. João V, ao trono espanhol⁷⁶, em 1746. Instados por seus soberanos a iniciar uma nova fase de colaboração, os governadores de Buenos Aires e Colônia entabularam negociações que contribuiriam para amenizar as restrições impostas aos habitantes de Colônia pelo campo de bloqueio. Entre as principais conquistas dos portugueses incluíam-se a permissão da compra de gado e víveres aos súditos espanhóis e a concessão de licença de pesca e recolhimento de lenha às embarcações portuguesas.⁷⁷ Embora os portugueses freqüentemente insistissem na sua boa vontade, os contrabandistas não deixaram de aproveitar-se da restrita liberdade de contato entre espanhóis e portugueses para reativar o comércio ilícito na região platina.

⁷⁴ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., v. 1, p. 330.

⁷⁵ PAUCKE, Florián. El Silberfluss, Montevideo y la Colonia del Sacramento. In: BARROS-LÉMEZ, Alvaro (comp.). *V Centenario en el Río de la Plata*. Montevideu: Monte Sexto, 1992, p. 76.

⁷⁶ Por ocasião da morte de Felipe V, os diplomatas acreditados em Madrid diziam: “c’est plutôt Marie que succède à Elisabeth que Ferdinand à Philippe”. Apud PIMENTEL, António Felipe. *Arquitectura e Poder: O Real Edifício de Mafra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992, p. 21.

⁷⁷ Carta de Vasconcelos ao governador D. José de Andonaegui. Colônia, 30/10/1748. *Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)*, cód. 94, vol. 1, ff. 35-37v.